

Detalhe de Oferta de Emprego

Código da Oferta: OE202502/0785

Tipo Oferta: Procedimento Concursal para Cargos de Direção

Estado: Pendente

Nível Orgânico: Câmaras Municipais

Organismo: Câmara Municipal de São Brás de Alportel

Regime: Cargos não inseridos em carreiras

Cargo: Direção Intermédia de 3º grau

Cargo de direção intermédia de 3.º Grau – Unidade Orgânica de 3.º Grau – Unidade de Contratação Pública, conforme artigo 26.º do Regulamento de

Área de Actuação: Organização dos Serviços da Câmara Municipal de São Brás de Alportel, publicado no Diário da República, 2.º série, n.º 162, de 22 de agosto de 2023, pelo Aviso n.º 15673/2023.

Remuneração: 2622,59

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Dirigente Intermédio de 3.º Grau – Unidade de Contratação Pública, na dependência do Chefe da Divisão Financeira e Patrimonial, tem como missão coordenar os vários serviços que lhe estão afetos, nomeadamente: Organizar e coordenar, em articulação com os vários serviços municipais, as ações necessárias à elaboração de estudos de previsão e planeamento das aquisições de bens e serviços, designadamente a agregação de necessidades de bens e serviços; Desenvolver e gerir um sistema centralizado de contratação que potencie a capacidade negocial do município, a eficiência e racionalidade da contratação através da centralização e da integração das necessidades de bens, de serviços e de plataformas tecnológicas para o efeito; Garantir a aplicação dos normativos legais relativos à contratação pública e disponibilizar informação aos diversos serviços do Município acerca dos procedimentos corretos a adotar em situações de necessidade de aquisição de bens ou serviços; Supervisionar a elaboração de convites, programas de concurso, cadernos de encargos e outros documentos necessários ao lançamento dos procedimentos concursais de aquisição de bens e serviços; Supervisionar a elaboração dos documentos de suporte aos procedimentos concursais lançados e a organização da informação para a celebração dos respetivos contratos; Incentivar a consulta a várias entidades fornecedoras, tendo em vista a promoção da concorrência e a diminuição dos custos de aquisição; Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe forem cometidas por lei, norma, regulamento, deliberação, despacho ou determinação superior, relativas à unidade orgânica que chefia; Elaborar propostas para a melhoria de metodologias de trabalho e de procedimentos administrativos internos; Garantir a reunião de informação e prestação de esclarecimentos a entidades externas, nomeadamente Tribunal de Contas, Inspeção Geral de Finanças, Revisores Oficiais de Contas, entre outras, bem como exercer as competências previstas no artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

Conteúdo Funcional:

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação: Licenciatura, preferencialmente nas áreas de Gestão e Administração.

Podem candidatar-se os trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam um mínimo de 2 anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura.

Perfil:

Avaliação Curricular (AC) e Entrevista Pública (EP);

Avaliação Curricular (AC) visa avaliar a adequação das competências expressas pelo/a candidato/a, no curriculum vitae, relativamente às exigências do cargo, designadamente a habilitação académica, a formação profissional e a experiência profissional;

Entrevista Pública (EP) visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, se o perfil do candidato, os seus conhecimentos, as suas capacidades e motivações se adequam ou se enquadram nas exigências e responsabilidades do cargo a prover de chefe de unidade, durante a interação estabelecida entre o júri e o entrevistado.

Métodos de Selecção a Utilizar:

Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de seleção bem como o sistema de classificação final, incluindo a respetiva fórmula classificativa, constam da ata n.º 1 do presente procedimento concursal, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

Composição do Júri: Presidente: Ema Paula Guerreiro Pinto, Chefe da Divisão Administrativa Municipal da Câmara Municipal de São Brás de Alportel; Vogais Efetivos: Paula Susana Rodrigues Nunes, Chefe da Divisão de Aprovisionamento e Contratação Pública da Câmara Municipal de Loulé, e José João dos Reis Gomes da Costa, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de São Brás de Alportel; Vogais Suplentes: Susana Maria dos Santos Silva, Chefe da Divisão Administrativa e Contratação Pública da Câmara Municipal de Olhão, e Silvia Dora Florêncio Barros Pereira, Diretora do Departamento de Recursos Humanos e Contratação da Câmara Municipal de Faro.

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Câmara Municipal de São Brás de Alportel	1	Rua Gago Coutinho, 1	São Brás de Alportel	8150151 SÃO BRÁS DE ALPORTEL	Faro	São Brás de Alportel

Total Postos de Trabalho: 1

Requisitos Legais de Provimento: C - Os constantes no artigo 12º e n.º 3 do art.º 4º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Jornal Oficial/Orgão de Comunicação Social: Aviso (extrato) n.º 4633/2025/2, DR, 2ª Série, N.º 34, de 18/02/2025, e Correio da Manhã

Apresentação de Candidaturas

Local: Plataforma de Recrutamento - <https://recrutamento.cm-sbras.pt/>

Formalização da Candidatura: Os interessados deverão formalizar as candidaturas, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da publicitação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público, em formato eletrónico, através da Plataforma de Recrutamento disponibilizada em <https://recrutamento.cm-sbras.pt/processos-ativos>.

As candidaturas deverão ser acompanhadas, sob pena de exclusão, de:

- Certificado de habilitações literárias legível. Os candidatos possuidores de habilitações académicas obtidas em país estrangeiro deverão submeter, em simultâneo, documento comprovativo do reconhecimento ou equivalência das habilitações estrangeiras, nos termos do regime jurídico do reconhecimento de graus académicos estrangeiros em vigor, sob pena de exclusão;
- Curriculum Vitae atualizado, detalhado, datado e assinado, dele devendo constar as habilitações literárias e experiência profissional, designadamente as funções que exerce e/ou exerceu, com indicação dos respetivos períodos de duração e atividades relevantes, responsabilidades exercidas e o tempo correspondente, assim como a formação profissional detida em matéria relacionada com a área funcional do posto de trabalho, com indicação expressa das entidades promotoras, duração e datas;
- Documentos comprovativos dos factos alegados no currículo em relação à experiência e formação profissional, que possam relevar para apreciação do seu mérito, sob pena de não serem considerados;
- Declaração passada, autenticada e devidamente atualizada, com referência ao prazo de candidatura, pelo serviço a que o candidato se encontra vinculado, da qual conste a identificação da relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, carreira/categoria de que seja titular, o tempo de serviço na carreira/categoria e na função pública e o conteúdo funcional com especificação das tarefas e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho que ocupa.

Os candidatos pertencentes ao mapa de pessoal do Município de São Brás de Alportel, estão dispensados da apresentação da declaração de serviço referida na alínea d), remetendo-se para os elementos que constam no processo individual.

As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu currículo, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

Para efeitos de notificação dos candidatos será considerado o endereço de correio eletrónico constante do formulário de candidatura.

Contacto: Telefone 289840074 (2ª a 6ª – 09H00/16H00); Endereço de email: procedimento.concursal@cm-sbras.pt

Data de Publicação 2025-02-21

Data Limite: 2025-03-06

Observações Gerais: Os candidatos que não cumpram os requisitos formais exigidos, designadamente no que se refere a licenciatura, apresentação adequada da candidatura e área de recrutamento definida (anos de experiência e relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado), não serão convocados para a realização dos métodos de seleção.

Findo o procedimento concursal, o júri elabora a proposta de designação, com a indicação das razões da escolha do candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes candidatos, conforme previsto no n.º 6 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação.

O presente procedimento concursal é urgente e de interesse público, pelo que não haverá lugar a audiência de interessados, nos termos do preceituado no n.º 13 do artigo 21º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, aplicável por força da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.
